

<b>Total de medidas apresentadas pela CNI</b>	<b>71</b>	<b>100,0%</b>
<b>Medidas adotadas</b>	<b>37</b>	<b>52,1%</b>
<b>Medidas parcialmente adotadas</b>	<b>9</b>	<b>12,7%</b>
<b>Medidas não adotadas</b>	<b>25</b>	<b>35,2%</b>

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	1	<b>Adiar</b> , por 90 dias, o pagamento de <b>todos os tributos federais</b> , incluindo as contribuições previdenciárias	<b>Adotada Parcialmente</b>	MP 927, de 22/03/20, Portaria ME 139, de 03/04/20, Resolução CGSN 154, de 03/04/20, e Portaria ME 150, de 07/04/20	Adia Simples Nacional (federal, estadual e municipal) e FGTS, por 90 dias. PIS/Cofins, Contribuição Patronal Previdenciária sobre Folha de Pagamentos, CPRB e Funrural, por 60 dias. Isenta o IOF-Crédito por 90 dias (Decreto 10.305/20)
	2	<b>Adiar</b> a entrega da declaração do <b>IRPF</b>	<b>Adotada</b>	IN RFB 1.930, de 01/04/20	
	3	<b>Parcelar</b> o pagamento dos valores dos <b>tributos com recolhimento adiado</b> , sem juros e multa	<b>Adotada Parcialmente</b>	MP 927, de 22/03/20	Pagamento parcelado do FGTS
	4	<b>Prorrogar</b> , por 90 dias, o prazo para a apresentação das <b>obrigações acessórias das empresas</b>	<b>Adotada Parcialmente</b>	Resolução CGSN 153, de 25/03/20 e IN RFB 1932, de 03/04/20	Adia Defis (Simples Nacional), DASN-Simei (MEI), DCTF e EFD Contribuições

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	5	<b>Dispensar o pagamento</b> , por 90 dias, sem multa, de <b>parcelas de programas de refinanciamento de dívidas</b> dos contribuintes com a União	<b>Adotada</b>	Portaria 103 do ME, de 17/03/20, Portaria PGFN 7.820, de 18/03/20, Resolução CC/FGTS 961, de 05/05/20 e Portaria ME 201, de 11/05/20	Suspende procedimentos de rescisão de parcelamentos por inadimplência, para as parcelas de março e abril de 2020. Prorroga o pagamento das parcelas de maio, junho e julho de 2020. Abre transação extraordinária com primeira parcela a ser paga em junho de 2020
	6	<b>Suspender os prazos</b> de atos processuais para os sujeitos passivos, como aqueles para interposição de <b>defesas administrativas e recursos perante o CARF</b>	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20, Portaria ME 103, de 17/03/20, Portaria PGFN 7.821, de 18/03/20 e Portaria ME/CARF 8.112, de 20/03/20	Suspende prazos de defesa dos contribuintes nos processos administrativos tributários (CARF), trabalhistas e de débito de FGTS e de cobrança da dívida ativa da União

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	7	Criar alternativas de julgamento das <b>sessões do CARF por meio virtual</b>	<b>Adotada</b>	Portaria CARF 10.786, de 29/04/20	Sessões virtuais de julgamento das Turmas Ordinárias e da Câmara Superior
	8	<b>Suspender os prazos para resposta do contribuinte</b> em razão do exercício de <b>fiscalização</b>	<b>Adotada</b>	Portaria RFB 543, de 20/03/20	Suspende prazos para realização de atos processuais no âmbito da RFB
	9	<b>Suspender</b> , por 90 dias, os <b>prazos de inscrições em dívida ativa, protestos e execução fiscal</b>	<b>Adotada</b>	Portaria ME 103, de 17/03/20	Suspende o encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial e a instauração de novos procedimentos de cobrança e responsabilização de contribuinte
	10	Instituir a <b>retroatividade dos prejuízos fiscais registrados</b> no período de calamidade pública, com a possibilidade de serem <b>compensados com lucros auferidos nos últimos dois anos</b> , gerando <b>restituições de IRPJ e CSLL</b>	<b>Não adotada</b>		

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	11	Realizar o <b>pagamento imediato dos pedidos de ressarcimento de saldos credores de tributos federais</b> (PIS/Cofins e IPI) já homologados pela RFB e <b>reduzir, de 360 dias para 90 dias, o prazo para a análise dos pedidos de ressarcimento e compensação</b> de saldos credores de tributos federais pela RFB	<b>Não adotada</b>		
	12	Permitir a <b>dedução do IR devido por pessoas físicas e jurídicas das doações</b> a fundos estaduais de saúde ou a hospitais públicos, que organizem campanha de arrecadação para prevenção e tratamento da Covid-19, e a <b>manutenção dos créditos de PIS/Cofins sobre os insumos</b> que deram origem a saídas objeto de doação	<b>Não adotada</b>		

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	13	<b>Isentar</b> , temporariamente, o <b>PIS/Cofins-Importação</b> , o Imposto de Renda Retido na Fonte ( <b>IRRF</b> ) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ( <b>CIDE</b> ) relativos a remessa ao exterior para o <b>pagamento de serviços técnicos e royalties relacionados ao tratamento e à prevenção da Covid-19</b>	<b>Não adotada</b>		
	14	<b>Estender o prazo para entrega do Formulário Eletrônico do MCTIC (FORMPD)</b> por parte das empresas que tenham realizado projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em 2019 e que buscam enquadramento nos benefícios previstos na <b>Lei do Bem</b> (Lei 11.196/2005)	<b>Não adotada</b>		
CRÉDITO	15	<b>Reduzir a Taxa SELIC</b> na reunião do COPOM prevista para 18 de março de 2020	<b>Adotada</b>	Decisão do Copom, em 18/03/20	Reduz a Taxa SELIC em 0,5 p.p., fixando-a em 3,75% a.a.

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
CRÉDITO	16	<b>Reduzir a Taxa SELIC</b> na reunião do COPOM prevista para 6 de maio de 2020	<b>Adotada</b>	Decisão do Copom, em 06/05/20	Reduz a Taxa SELIC em 0,75 p.p., fixando-a em 3,00% a.a.
	17	<b>Reduzir os depósitos compulsórios</b> sobre depósitos a prazo e depósitos à vista	<b>Adotada Parcialmente</b>	Circular BCB 3.993, de 23/03/20	Reduz apenas da alíquota do depósito compulsório a prazo, de 25% para 17%
	18	<b>Facilitar</b> , por parte dos bancos públicos e de desenvolvimento, do <b>acesso a capital de giro</b> , inclusive para empresas que têm crédito imobiliário, com condições diferenciadas de juros, carência de pelo menos 6 meses, prazo ampliado e flexibilização das garantias	<b>Adotada</b>	Iniciativas de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Central do Brasil e Resolução CODEFAT 850, de 18/03/20	
	19	<b>Prorrogar o prazo de pagamento de obrigações financeiras</b> , com suspensão, por prazo determinado, dos pagamentos de financiamentos de bancos públicos e de desenvolvimento	<b>Adotada</b>	Iniciativas de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES	

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
CRÉDITO	20	<b>Autorizar o Banco Central a operar com títulos privados e direitos creditórios</b> como forma de <b>financiar diretamente empresas</b> não financeiras	<b>Adotada Parcialmente</b>	EC 106, de 07/05/20	Autoriza a operação do Banco Central apenas no mercado secundário
	21	Ampliar os <b>financiamentos do BNDES diretamente às empresas</b> por meio da <b>aquisição de novas debêntures</b>	<b>Não adotada</b>		
	22	Criar <b>linha de financiamento emergencial</b> para <b>médias e pequenas</b> empresas	<b>Não adotada</b>		
	23	Ampliar os índices de cobertura da carteira do agente financeiro ( <i>stop loss</i> ) do BNDES FGI e do Fundo Garantidor de Operações	<b>Não adotada</b>		
	24	<b>Suspender</b> , por 90 dias, a <b>exigência de regularidade com a Seguridade Social e da CND</b> para financiamentos com recursos públicos	<b>Adotada</b>	MP 958, de 27/04/20, e EC 106, de 07/05/20	
	25	<b>Facilitar as operações de crédito</b> para empresas em situação de <b>recuperação judicial</b>	<b>Não adotada</b>		



		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
CRÉDITO	26	Permitir a <b>suspensão temporária de pagamentos de empréstimos contratados ao BNDES com equalização</b> de taxa de juros pelo <b>Tesouro Nacional</b>	<b>Não adotada</b>		
	27	<b>Ampliar</b> a linha de <b>crédito</b> especial com recursos dos <b>Fundos Constitucionais de Financiamento</b>	<b>Não adotada</b>		
	28	<b>Reduzir a taxa de redesconto</b> junto ao Banco Central do Brasil	<b>Não adotada</b>		
REGULAÇÃO	29	Ajustar, pela ANVISA, as normas regulatórias de registro e pós-registro necessários para agilizar eventuais <b>trocas de fornecedores de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA)</b> e outros insumos	<b>Adotada</b>	RDC Anvisa 348, de 17/03/20	
	30	<b>Prorrogar</b> , por 90 dias, as <b>Certidões Negativa de Débito (CND)</b> com vencimento durante o período de vigência das medidas contra a crise provocada pela Covid-19	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20, e Portaria Conjunta 555 RFB/PGFN, de 23/03/20	

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
REGULAÇÃO	31	<b>Prorrogar</b> , por 90 dias, <b>licenças obrigatórias, certidões, certificados e atestados</b> de regularidade	<b>Adotada parcialmente</b>	Portaria MMA/ICMBio 226, de 21/03/20, Portaria MMA/Ibama 826, de 21/03/2020, e Portaria INMETRO 101, de 20/03/20	Suspende os prazos processuais, na área ambiental, por tempo indeterminado e prorroga dos prazos de validade dos certificados de verificação
MEIO AMBIENTE	32	<b>Adiar a cobrança</b> da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) dos meses de março e junho de 2020	<b>Não adotada</b>		
	33	<b>Prorrogar</b> , por 90 dias, o prazo para apresentação do <b>Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais (RAPP)</b> .	<b>Adotada</b>	IN IBAMA 12, de 25/03/20	

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
MEIO AMBIENTE	34	<b>Prorrogar</b> , por 90 dias, o prazo para apresentação do <b>Relatório de Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP)</b>	<b>Adotada</b>	IN IBAMA 12, de 25/03/20	
	35	<b>Prorrogar</b> , por 90 dias, o prazo para apresentação da <b>Declaração sobre Resíduos de Serviços de Saúde (Declaração Montreal)</b>	<b>Adotada</b>	Comunicado IBAMA 7307782, de 30/03/20	
	36	<b>Prorrogar</b> os prazos de condicionantes e vigências de <b>outorgas de uso de recursos hídricos</b>	<b>Adotada</b>	Resolução ANA 21, de 20/04/20	
	37	<b>Suspender</b> , por 120 dias, a <b>emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água</b> , contemplando o período de abril a julho de 2020, de modo que os valores das parcelas relativas a esses meses sejam acrescidos nas parcelas relativas à 2021, sem adição de juros ou multas	<b>Adotada</b>	Resolução ANA 18, de 15/04/20	

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
MEIO AMBIENTE	38	<b>Postergar</b> o pagamento da <b>parcela trimestral 1º/2020 dos contratos de concessão florestal</b>	<b>Adotada</b>	Resolução MAPA 13, de 29/04/20	
	39	<b>Simplificar o procedimento para a realização de remessa de patrimônio genético relacionado à emergência em Saúde Pública.</b>	<b>Adotada</b>	Portaria Interministerial MS e MMA 115, de 03/04/20	A remessa de patrimônio genético e a divulgação de resultados de pesquisas e desenvolvimento tecnológico relacionados a epidemia estão isentos de cadastro prévio no SisGen/MMA
	40	<b>Suspender</b> , temporariamente, os <b>pagamentos ao FGTS</b> relativos ao principal e juros de contratos de financiamento celebrados com empresas públicas, mistas ou privadas <b>operadoras do setor de saneamento básico</b>	<b>Adotada</b>	Resolução ME 963, de 05/04/20	

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
MEIO AMBIENTE	41	<b>Suspender o prazo</b> de seis meses para apresentação do <b>Acordo de Repartição de Benefícios Não Monetária</b>	<b>Não adotada</b>		
	42	Estabelecer condições necessárias à assinatura de termo de compromisso por instituições estrangeiras e a União, para fins de <b>regularização do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado</b>	<b>Adotada</b>	Portaria MMA 199, de 22/04/20	
	43	<b>Definir a taxa de conversão de câmbio PTAX do último dia do ano</b> para apresentação da receita líquida das empresas estrangeiras usuárias de recursos da biodiversidade no SisGen/MMA	<b>Adotada</b>	Portaria MMA 143, de 31/03/20	

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
MEIO AMBIENTE	44	<b>Definir o formato para apresentação do Acordo de Repartição de Benefícios</b> , referente aos projetos de repartição de benefícios na modalidade não monetária (DCGen/MMA)	<b>Adotada</b>	Portaria MMA 81, de 06/03/20	
	45	<b>Levantar os sobrestamentos dos processos de análise de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) e outorgas na região hidrográfica do Rio Paraguai</b>	<b>Adotada</b>	Resolução ANA 23, de 30/04/20	
	46	Definir as regras de simplificação e dispensa para apresentação de <b>Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)</b> pelas <b>micro e pequenas empresas</b>	<b>Não adotada</b>		
	47	Propor <b>Resolução Conama</b> que visa <b>estabelecer critérios para ao licenciamento de fornos rotativos de produção de clínquer</b> para atividades de <b>coprocessamento de resíduos</b>	<b>Não adotada</b>		

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
MEIO AMBIENTE	48	Propor <b>Resolução Conama</b> que visa estabelecer critérios e procedimentos para o <b>reuso de efluentes em sistemas de fertirrigação</b>	<b>Não adotada</b>		
	49	<b>Aprovar o marco legal</b> nacional para o <b>Licenciamento Ambiental</b>	<b>Não adotada</b>		
	50	<b>Modernizar o setor de Saneamento Básico</b> para a atração de novos investimentos	<b>Não adotada</b>		
	51	<b>Alterar o Decreto 6660/2008</b> , que regulamenta a <b>Lei da Mata Atlântica</b> (lei 11.428/2006)	<b>Não adotada</b>		

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
INFRAESTRUTURA	52	Criar linha de <b>crédito temporária</b> para atenuar os problemas dos <b>contratos de energia elétrica realizados pelas Indústrias</b>	<b>Não adotada</b>		
	53	<b>Isentar tributos federais e encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica</b> , pelo período de três meses, com compensação por parte da União dos recursos de encargos setoriais não transferidos à sua destinação	<b>Não adotada</b>		
COMÉRCIO EXTERIOR	54	<b>Prorrogar</b> , por 12 meses, o <b>prazo de cumprimento de exportação</b> , no âmbito dos <b>regimes aduaneiros especiais</b> Drawback, Recof e Recof-Sped, referente a atos concessórios outorgados e solicitações que vencerão até dezembro de 2020	<b>Adotada parcialmente</b>	MP 960, de 30/04/20	Prorroga, por um ano, os atos concessórios de Drawback, com vencimento em 2020, que já tinham sido prorrogados antes
	55	<b>Alinhar as atividades dos órgãos de fronteira</b> , conduzidas de maneira conjunta, coordenada, intensificada e baseada em gestão de risco, sobretudo nas <b>inspeções de cargas</b>	<b>Não adotada</b>		



		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
COMÉRCIO EXTERIOR	56	<b>Não criar novas anuências e/ou certificações e/ou restrições ao transporte das mercadorias, por um período de 90 dias</b>	<b>Adotada Parcialmente</b>	Lei 13.993, de 23/04/20 e Portaria SECEX 16, de 18/03/2020	Proíbe a exportação de equipamento médico, hospitalar e de higiene e estabelece Licença Especial de Exportação para esses produtos
	57	<b>Prorrogar, automaticamente, as licenças de importação, por 90 dias</b>	<b>Não adotada</b>		
	58	<b>Adiar os prazos de pagamento de encargos e taxas aduaneiras, bem como dispensar a apresentação física dos comprovantes para a liberação das cargas</b>	<b>Adotada Parcialmente</b>	IN RFB 1.936, de 15/04/20	Permite que os certificados de origem das mercadorias possam ser apresentados em até 60 dias, contados da data do registro da Declaração de Importação

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
COMÉRCIO EXTERIOR	59	Conceder <b>liberdades temporárias de tráfego aéreo para operações de carga</b> com países em que restrições possam ser aplicadas	<b>Não adotada</b>		
TRABALHISTA	60	<b>Reduzir jornada e salário de forma proporcional</b> diretamente pelas empresas	<b>Adotada</b>	MP 936, de 01/04/20	
	61	Ampliar o <b>banco de horas</b>	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20	
	62	Reduzir as exigências para a realização do <b>teletrabalho</b>	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20	
	63	Reativar o <b>Programa Seguro-Emprego (PSE)</b>	<b>Adotada</b>	MP 936, de 01/04/20	Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRABALHISTA	64	<b>Custear o salário dos empregados afastados</b> , em especial para os empregados das micro e pequenas empresas	<b>Adotada</b>	Lei 13.982, de 02/04/20	Dedução, pelas empresas, dos valores pagos nas Contribuições à Previdência Social, limitado ao teto do INSS
	65	Permitir a <b>compensação de dias não trabalhados do período de férias</b> e outras alterações	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20	
	66	Ampliar o <b>Lay-Off</b>	<b>Adotada</b>	MP 936, de 01/04/20	
	67	Suspender os <b>registros administrativos</b>	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20	
	68	Ampliar o prazo para a realização de <b>exames ocupacionais</b>	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20	

		PROPOSTA DA CNI	SITUAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	COMENTÁRIOS
TRABALHISTA	69	Suspender os prazos de <b>contestação e de recursos administrativos</b>	<b>Adotada</b>	MP 927, de 22/03/20	
	70	<b>Excluir</b> , de forma expressa no texto de lei, a <b>Covid-19 como doença relacionada ao trabalho</b>	<b>Adotada, mas suspensa pelo STF</b>	MP 927, de 22/03/20	O STF suspendeu a vigência do artigo 29 da MP 927, que trata do afastamento de possível natureza ocupacional dos casos de Covid-19
	71	Estender, de forma emergencial, o <b>critério de dupla visita</b>	<b>Adotada, mas suspensa pelo STF</b>	MP 927, de 22/03/20	O STF suspendeu a vigência do artigo 31 da MP 927, que trata do foco orientador da atuação da fiscalização trabalhista durante a pandemia